

O Brasil continua na lista dos países maus pagadores

Igor Cornelsen *

A classificação do Brasil como "value impaired" pelo ICERC — Interagency Country Exposure Review Committee, do governo americano, era esperada pelos credores da dívida externa por dois motivos: o Brasil não tem nenhum acordo com o FMI em vigor e não paga a dívida externa de médio prazo há doze meses.



Essa é a regra que determina quando um país passa a fazer parte do Clube do Quarto Mundo, o clube ao qual os bancos norte-americanos não mais podem conceder crédito. Assim, hoje o Brasil tem como parceiros Sudão, Zaire, Nicarágua, Libéria, Peru, Costa Rica, Panamá, Argentina, Polônia, Costa do Marfim, Equador e República Dominicana.

Como consequência, ficou mais difícil a integração econômica do Brasil na rota do comércio e do investimento internacional e, portanto, do desenvolvimento econômico.

Como representante brasileiro de um banco da City Londrina, já esperava o ocorrido e não pude imaginar, entretanto, que nossas autoridades e os nossos negociadores da dívida externa se surpreendessem com o fato, pois é por demais conhecido dos banqueiros internacionais que inúmeras vezes advertiram nossos negociadores, autoridades, políticos e professores que os assessoram. Um simples pagamento simbólico nos últimos três meses teria evitado essa desnecessária classificação.

Não se justifica, entretanto, o "baixo astral" que se abateu sobre empresários, autoridades e intelectuais brasileiros. Afinal o ICERC acabou aceitando a teoria que nós mesmos os estamos tentando convencer desde 1987, que a dívida externa brasileira não vale 100% do valor de face e que é impagável.

Essa teoria absurda nunca foi aceita fora do Brasil, porque a dívida externa brasileira é muito pequena

em relação à capacidade do Brasil de atrair novos investimentos estrangeiros, cancelando, portanto, a dívida externa existente. Só a título de ilustração, a Espanha recebeu US\$ 10 bilhões em novos investimentos em 1989. O potencial econômico do Brasil é incomparavelmente maior que o da Espanha.

A classificação do Brasil tem um lado positivo: vai fazer nossas autoridades políticas entenderem que os credores do Brasil devem ser tratados como parceiros, e não como inimigos, e permitirá identificar entre os professores que os assessoram os realistas dos teóricos.

Meus colegas que moram no exterior nunca conseguiram entender a dicotomia entre o discurso do presidente Collor, de inserção do Brasil no Primeiro Mundo, e a forma como a dívida externa vinha sendo negociada nestes cem primeiros dias de governo. Achavam estranho também que entre os consultores do embaixador Jorio Dauster para a dívida externa constavam nomes que defendem o calote na dívida externa publicamente, há cinco anos.

O governo Collor vem conseguindo feitos importantes na condução da economia, como reduzir o déficit público, desregular a economia, controlar a base monetária e os meios de pagamento, liberalizar o comércio exterior e indicar uma nova e moderna política industrial.

Os equívocos na condução da renegociação da dívida externa são fatos isolados que, acredito, serão corrigidos pelo presidente.

O "baixo astral" não se justifica, o Brasil não vai tornar-se um membro permanente do Quarto Mundo. O déficit público vai ser eliminado, um acordo com o FMI e o Clube de Paris será assinado antes do fim do ano e um acordo com os bancos privados será alcançado em 1991. Só então o longo caminho de volta do Quarto Mundo em direção ao Primeiro será retomado.

Como diz o filme "De volta para o futuro".

* Vice-presidente sênior do Standard Chartered Bank Ltda. em São Paulo.